

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PL n. 20/2025

Pregão Eletrônico n. 90011/2025

CONTRATANTE

Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE) de Campo Belo - MG

OBJETO

Contratação, **via registro de preços**, de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 777.177,50 (setecentos e setenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: **09/04/2025 às 08h30min (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

COM COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA/ E COTA RESERVADA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

(Processo Licitatório nº 20/2025)

Torna-se público que o(a) **Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE**, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Portaria n. 650/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma **compras.gov.br** e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía da responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no(s) Sistema(s) relacionado(s) no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens, **22, 23 e 24** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo

ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução

contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. SE VERIFICADO, A QUALQUER MOMENTO, QUE O NÍVEL DE QUALIDADE OU DESEMPENHO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS NÃO PERMITE A CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, O PROPONENTE CONTRATADO DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, SUBSTITUI-LOS OU REFAZE-LOS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas nacionais e municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos para a contratação.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou do Tribunal de Contas da União, a depender da origem dos recursos financeiros e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor **oferta deverá ser de RS 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,

se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao

desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira é a seguinte:

I. Habilitação Jurídica:

a. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força da lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

d. **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e. **Filial, Sucursal ou Agência da Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

h. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Portaria-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

III. Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1. nos casos de certidões que não possuam explicitamente prazos de validade, será considerado o prazo de validade máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua emissão; e

a.2. as certidões que não possibilitem certificação da autenticidade de conteúdo e órgão expedidor por meio digital, somente serão aceitas se apresentadas em documento original ou mediante cópia autenticada. Visando à celeridade do processo licitatório, as licitantes poderão enviá-las por meio eletrônico, devendo, no entanto, remeter no prazo de 3 (três) dias contados da data do envio por meio eletrônico, os documentos originais ou cópias autenticadas para verificação.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando

houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral do SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no registro cadastral do SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para fins de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. NA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, O PREGOEIRO ADOTARÁ A ORIENTAÇÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO N. 1211/2021 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, aplicando-se, se for o caso, o disposto no art. 90 e seus parágrafos, da Lei Federal n. 14.133/2023

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.1.1.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no regulamento municipal.

10.3.3. Quando o signatário da ata se recusar ou se omitir em cumprir suas obrigações em tempo hábil;

10.3.4. Durante o período de tramitação de Processo Administrativo de Responsabilização em face do signatário da ata.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.demaecb.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante/contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.
- ii. Impedimento de licitar e contratar:
 - I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:
 - a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
 - b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;

- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
- f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. Atraso na execução do objeto;
 - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

iv. Multa:

- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante

12.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial e na Plataforma do *compras.gov.br* no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@demaecb.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Sete de Setembro, nº 363, Bairro Centro.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. A resposta ao pedido de esclarecimento vincula as decisões do Pregoeiro e passa a integrar este Edital, independente de transcrição.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.demaecb.com.br
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
 - 14.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.2.1. Apêndice do Anexo II – Anexo do D.F.D.
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
 - 14.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta

Campo Belo, 19 de março de 2025.

Gabriela Ramos Silva
 Pregoeira
 Matrícula 154-01

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

ELABORAÇÃO DE ETP:	(x) SIM	() NÃO
PREVISÃO NO PAC	() SIM	(X) NÃO
JUSTIFICATIVA: Ainda não há, para o exercício de 2025, um Plano de Contratações Anual publicado, por esse motivo, a contratação em tela não possui previsão no PCA. O DEMAÉ reconhece a importância do PCA como instrumento de planejamento e transparência na gestão pública, e está trabalhando esmeradamente para elaborar e disponibilizar o referido plano para o exercício de 2026. Esta Autarquia esclarece ainda que, devido às eleições municipais, neste ano de 2025 houve troca na gestão do órgão, o que dificultou o estabelecimento das demandas necessárias para este ano.		

1. OBJETO E CONDIÇÕES

- 1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**, de natureza comum conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	GRAU DE PRIORIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	PEDRA MARROADA: MATERIAL COM GRANULOMETRIA VARIÁVEL, CONTENDO ENTRE 10 À 40CM DE COMPRIMENTO E PESO MÉDIO DE 10KG POR EXEMPLAR, É USADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA BASE DE MURO DE ARRIMO, GABIÕES DE CONTENÇÃO, ENRONCAMENTO, E OUTROS.	M³	250	5	R\$ 124,00
2	BRITA 1: PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 1 GRANULOMETRIA: 4,75MM A 25MM.	M³	286	5	R\$ 153,00

3	BRITA 0: PEDRA BRITADA PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 0 GRANULOMETRIA: 2,36MM A 12,5MM.	M³	296	5	R\$ 146,00
4	PÓ DE PEDRA: MATERIAL ROCHA TRITURADA; FAIXA GRANULOMÉTRICA: 0 MM À 4,8 MM. É UM MATERIAL RESULTANTE DO BRITAMENTO DE PEDRA, SEMELHANTE À AREIA.	M³	135	5	R\$ 129,00
5	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	1.080	5	R\$ 139,90
6	TIJOLO COMUM (TIJOLINHO): DIMENSÕES: 20X10X5 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO, POSSUEM TONALIDADE VERMELHA, NÃO POSSUI FUIROS.	UNIDADES	5.000	5	R\$ 0,90
7	TIJOLO BAIANO 8 FUIROS: DIMENSÕES: 29X19X9 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). POSSUI RANHURAS QUE FACILITAM A ADERÊNCIA DA MASSA. SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO.	UNIDADES	5.000	5	R\$ 0,82
8	CAL HIDRATADA CH-I: MATERIAL HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, FORNECIDO EM SACO 20KG. PRODUTO SEGUINDO A NBR 7175.	SACOS	100	5	R\$ 17,65
9	CIMENTO CP II - 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO "KRAFT".	SACOS	2.700	5	R\$ 36,20
10	ARGAMASSA AC1 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1	R\$ 12,12
11	ARGAMASSA AC2 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1	R\$ 23,69
12	ARGAMASSA AC3 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE ,ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO;COR; CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	25	1	R\$ 31,80

13	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG: ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO EM PORCELANATO, AMBIENTE INTERNO E EXTERNO EM PISOS E REVESTIMENTOS; COR: CINZA; SACOS DE 20KG	SACOS	50	1	R\$ 37,00
14	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG: COR CINZA PLATINA, A BASE DE CIMENTO PORTLAND CLASSE AR = II (NBR 14992), PARA REVESTIMENTO. ACONDICIONADO EM SACO DE 1KG.	SACOS	50	1	R\$ 10,80
15	PISO CERÂMICO ACETINADO: CLASSE A OU CLASSE EXTRA, INDICADA PARA PISOS INTERNOS SUJEITOS A LAVAGENS FREQUENTES. ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA A PRODUTOS DOMÉSTICOS, A ABRASÃO SUPERFICIAL, AO RISCO, A GRETAGEM E AO CHOQUE TÉRMICO. PODENDO MEDIR ENTRE 45 X 45CM e 62 X 62CM. COR A SER ESCOLHIDA POSTERIORMENTE.	M²	150	1	R\$ 30,89
16	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEIÇÕES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.800	1	R\$ 65,22
17	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEIÇÕES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1	R\$ 67,90
18	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEIÇÕES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1	R\$ 58,00
19	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO	M²	500	1	R\$ 58,00

	DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.				
20	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 32CM, LARGURA 32CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	500	1	R\$ 60,00
21	MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE): PRODUTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: AGREGADOS PÉTREOS: CAP 50/70 E ADITIVO RETARTADO DE CURA; NÃO EMULSIONADO; ESTOCAGEM: POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES; APLICAÇÃO EM BURACOS COM ÁGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DE COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO; TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 E 6,0% CONFORME ESPECIFICAÇÕES DNIT 031/2004 E DNIT 031/2006; DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 E 2,50 G/M3. EMBALAGENS EM SACOS DE 25 KG.	SACOS	1000	1	R\$ 30,00
COTA EXCLUSIVO ME/EPP					
22	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	120	5	R\$ 139,90
23	CIMENTO CP II - 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO "KRAFT".	SACOS	300	5	R\$ 36,20

24	LADRILHO HIDRAULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	200	1	R\$ 65,22
----	--	----	-----	---	-----------

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria do DEMA E Nº: 643 de 31 de janeiro de 2024.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Os quantitativos previstos para esta contratação encontram-se devidamente justificados abaixo no ETP, considerando a expectativa da necessidade anual.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 2.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a **AQUISIÇÃO DE MATEIAL DE CONSTRUÇÃO**, incluindo **areia, brita, argamassa, ladrilho**, entre outros materiais necessários para a execução de obras de infraestrutura, manutenção em redes em todo município de Campo Belo/MG.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A aquisição de material de construção é indispensável para a execução de obras e/ou reparos previstos no planejamento desta Autarquia, sendo essencial para o cumprimento de manutenção com qualidade nos trabalhos diários e na execução dos projetos de infraestrutura.
- 3.2. A necessidade de aquisição surge em razão das demandas contínuas de construção e manutenção, incluindo obras de infraestrutura urbana, saneamento, reformas, ampliações e/ou reparos em instalações. Estes materiais são imprescindíveis para a continuidade destes trabalhos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:
 - 4.1.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 5ª Edição, julho/2022, recomendamos que a Contratada observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, que visa “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis” e fixou em sua meta nº 12.7, a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

4.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.2.1. Na presente contratação não houve a indicação de marca(s) ou o modelo.

4.3. AMOSTRA:

4.3.1. Não haverá exigência de amostra para a contratação referida em tela.

4.4. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA/PRODUTO:

4.4.1. Diante das conclusões não houve vedação de marcas ou modelo.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- 4.7.1. Não há complexidade e nem vultuosidade, uma vez que, as entregas serão feitas de forma **parcelada** e em um período de tempo razoável, compatível com o aporte básico de uma empresa que seja capaz de atender todos os requisitos de edital.
- 4.7.2. Considerando a onerosidade no fato desta exigência de garantia que, como regra representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes cujos valores obviamente seriam repassados à própria Autarquia contratante no valor final do produto.
- 4.7.3. A exigência de garantia, além dos fatores anteriormente mencionados pode representar uma diminuição no universo de interessados, o que comprometeria o caráter competitivo do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

- 5.1. Os prazos de entrega dos itens encontra-se pormenorizada em anexo ao ETP.
- 5.2. As entregas serão efetuadas com local a definir pela contratante, não podendo ultrapassar os limites territoriais do Município de Campo Belo – MG, incluindo zona rural (Comunidade do Bom Jardim, Dias, Capão, Porto do Mendes, Ribeirão Santo Antônio e Estrada de Acesso a ETA (estação de tratamento de água)).

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º Pedido: (imediato, logo após a assinatura do contrato ou termo equivalente).	• 20 M² do item 16; • 20 M² do item 17; • 20 M² do item 18; • 20 M² do item 19; • 20 M² do item 20; • 500 sacos do item 21.	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).
Demais pedidos: restante do pedido imediato. (a depender da demanda do departamento).	• 250 M³ do item 1; • 286 M³ do item 2; • 296 M³ do item 3; • 135 M³ do item 4; • 1.200 M³ do item 5; • 5.000 unidades do item 6; • 5.000 unidades do item 7; • 100 sacos do item 8; • 3.000 sacos do item 9;	Respeitando o grau de prioridade, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).

	• 50 sacos do item 10; • 50 sacos do item 11; • 25 sacos do item 12; • 50 sacos do item 13; • 50 sacos do item 14; • 150 M² do item 15; • 1.980M² do item 16; • 980M² do item 17; • 980M² do item 18; • 480M² do item 19; • 480M² do item 20; • 500 sacos do item 21.	
--	--	--

- 5.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 6.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
 - 6.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** Tyrison Magno Barcelete Resende / Auxiliar Administrativo / Matrícula: 165-01/ E-mail: licitacao@demaecb.com.br/ Telefone (35) 99716-2411.
 - 6.1.2. **FISCAL DO ADMINISTRATIVO:** Kleyson Luiz Cardoso / Auxiliar Administrativo / Matrícula: 44-01/ E-mail: compras.demaecb@hotmail.com/ Telefone (35) 99839-7005.
 - 6.1.3. **FISCAL DO SETOR:** Pedro Henrique Silva Ferreira / Almoxarifado / Matrícula: 123-01/ E-mail: almoxarifadodemaecb@outlook.com /Telefone (35) 99921-7005.
- 6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
 - 6.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 6.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
 - 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

- 6.7. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do DEMAÉ – CFD.
- 6.10.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE/CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

- 7.1. A proposta vencedora será selecionada pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.3. Para os **ITENS 22, 23 e 24**, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, no percentual de 10% (dez por cento) nos limites previstos da lei complementar nº.123/2006 (COTA RESERVADA).
- 7.4. Já os **demais**, referentes à cota principal (90%), serão destinados à ampla participação.
- 7.4.1. Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a aquisição de ambas as cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

- 7.5. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 7.6. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme definido pelo Setor de Licitações.

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1.1. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação;
- 8.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 8.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido
- 8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.2.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

9. AFERIÇÃO E PAGAMENTO:

- 9.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.
 - 9.1.1. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à sua prévia conferência pelo fiscal do contrato.
 - 9.1.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.
 - 9.1.3. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.
- 9.2. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, a seguinte documentação:
 - I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;
- 9.3. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.
- 9.4. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

9.5. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.2. Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do INPC ou do IPCA, o que for mais vantajoso para a Administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Ação: 2105 – MANUT. ESCRIT. E SETOR ABASTEC. D'ÁGUA**
- **Vínculo: 17530000000**
- **Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo**
- **Referência: 1120**

- **Ação: 2106 – MANUTENÇÃO SETOR ESGOTO SANITÁRIO**
- **Vínculo: 17530000000**

- **Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo**
- **Referência: 1142**

- **Ação: 2149 – MANUTENÇÃO SETOR ESGOTO PLUVIAL**
- **Vínculo: 17530000000**
- **Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo**
- **Referência: 1102**

14. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

Campo Belo, 17 de março de 2025.

Isaías Barboza Fernandes
Matrícula 152-01

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Campo Belo, ____ de _____ de 2025.

Fabrício Rodrigues Teixeira
Matrícula:195-01
Ordenador de Despesas

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Segue em anexo.

APÊNDICE DO ANEXO II – D.F.D. (DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA)

Estudo Técnico Preliminar 17/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 20/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de insumos da construção civil no intuito de realizar reformas, conservações manutenções e ampliações em equipamentos públicos de responsabilidade do DEMAÉ (Departamento Municipal de Água e Esgoto) de Campo Belo/MG.

2.2. Diante da necessidade de manutenção, construção, recuperação e conservação das instalações prediais, bem como das eventuais obras realizadas em vias, praças e espaços públicos de responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Campo Belo - MG.

2.3. As ações propostas visam garantir a segurança e o bem-estar da população, melhorar a eficiência operacional dos serviços prestados e preservar o patrimônio público. Adicionalmente, a realização de reparos, reformas e melhorias contribuirá para a redução de custos com manutenção emergencial e aumentará a durabilidade das infraestruturas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEDE ADMINISTRATIVA	FABRÍCIO RODRIGUES TEIXEIRA
SETOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	WAGNER FERREIRA TRINDADE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos, porém foram atribuídos graus de prioridade distintos em razão da necessidade dos prazo de entregas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

Na presente contratação não haverá vedação de marcas e modelos.

Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

Não haverá exigência da carta de solidariedade.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 haja vista que tal artefato poderia afastar potenciais prestadores dos serviços, e a contratação em tela trata-se de bens comuns, em razão da baixa complexidade auferida pelos itens a serem adquiridos.

Fornecimento dos bens

Os bens adquiridos deverão ser entregues no Setor de Serviços Operacionais, situado à Rua Jefferson Tagliaferri nº 822 - Feira, na cidade de Campo Belo/MG.

O prazo de entrega seguirá a dinâmica imposta pelo documento de oficialização da demanda.

5. Adoção do Sistema de Registro de Preços

5.1. Optou-se pela utilização do procedimento auxiliar em tela, motivado pela sazonalidade dos eventos que ocorrerão durante o ciclo de vida contratual, sendo complicado quantificar de forma exata os itens aos quais se pretendem adquirir no decurso do processo.

6. Classificação do objeto

6.1. Em análise preliminar configura-se como fornecimento de bens comuns, justificado pois o objeto contém ações, objetivamente padronizáveis em termo de desempenho e qualidade.

7. Graus de prioridade

7.1. Considerando que o espaço físico do Setor de Serviços Operacionais, popularmente conhecido por almoxarifado é pequeno para armazenamento de certas mercadorias tais como: areia, brita, etc, sendo assim, foram atribuídos graus de prioridade distintos em razão da necessidade dos prazo de entregas.

8. Levantamento de Mercado

8.1. Atualmente o mercado conta com algumas empresas para os bens necessários que foram apresentados. Em análise prévia diante do histórico proveniente deste processo apurou-se que existem algumas empresas do ramo que dispõem de condições para o fornecimento dos bens pretendidos, como também foi feita consulta regional para verificar contratações similares que se mostraram viáveis, conforme anexado à este documento.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. A melhor alternativa para solucionar o problema apresentado será a abertura de um processo de Pregão, sob a forma eletrônica, no intuito de abarcar o maior número de interessados e possibilitar que a autarquia obtenha o melhor negócio pela primazia do interesse público.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Salientando que o quantitativo apontado pelo documento de formalização da demanda é em média suficiente para 12 (doze) meses de duração da vigência contratual, e havendo saldo residual poderá haver a possibilidade de renovação de prazo da ata de registro de preços, por tratar-se de um processo de contratação parcelada.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 777.177,50

Setecentos e setenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. Houve o parcelamento em 21 (vinte e um) itens distintos, para que o fornecimento dos bens ocorra de forma parcelada, a fim de estimular o maior número de participantes interessados, observados os critérios de preferência para ME/EPP ou Equiparada diante do histórico anterior.

12.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item uma vez que os itens são independentes.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. O procedimento licitatório em tela se caracteriza como contratações correlatas, haja vista que são aquelas que, por não guardarem relação direta na execução do objeto, podem ser contratadas de forma individual para a plena satisfação da necessidade da autarquia, sem prejuízos aparentes.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. O levantamento da quantidade, bem como o cronograma das entregas, foram feitos através da análise criteriosa da demandante e traz à tona o alinhamento entre o planejamento do que se pretende contratar, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias, afim de que não haja extrapolação da previsão estipulada, bem como a análise de saldo orçamentário e financeiro junto ao Departamento de Contabilidade e Tesouraria, respectivamente.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1 - Adquirir materiais de qualidade para não comprometer o bom andamento das atividades de construções, reformas e reparos;

15.2 - Conservação das instalações prediais, bem como das vias, praças e espaços públicos.

15.3 - Minimizar riscos diversos, especialmente durante o ciclo de vida processual;

15.4 - Não estourar o orçamento previsto;

15.5 - Selecionar empresas idôneas para o fornecimento dos bens;

15.6 - Evitar o fracionamento nas contratações públicas.

16. Providências a serem Adotadas

16.1. Levar ao conhecimento da autoridade competente as situações apuradas na fase preparatória, no intuito de que o mesmo autorize a instauração do procedimento de contratação.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1 De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 5ª Edição, julho/2022, recomendamos que a Contratada observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, que visa “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis” e fixou em sua meta nº 12.7, a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Por todo exposto na fase preparatória, a conclusão se deu favorável pelo prosseguimento ao procedimento que se pretende formalizar respeitando aos preceitos legais que prevê a Lei Federal nº 14.133/2021 e as devidas regulamentações.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

MARLUCIA MARIA DE ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/03/2025 às 14:14:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD (MATERIAIS DE CONTRUÇÃO)..pdf (170.55 KB)

ANEXO ÚNICO AO D.F.D.

PLANILHA PARA FORNECIMENTO DOS BENS PRELIMINARES

ITEM	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	GRAU DE PRIORIDADE
1	PEDRA MARROADA: MATERIAL COM GRANULOMETRIA VARIÁVEL, CONTENDO ENTRE 10 À 40CM DE COMPRIMENTO E PESO MÉDIO DE 10KG POR EXEMPLAR, É USADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA BASE DE MURO DE ARRIMO, GABIÕES DE CONTENÇÃO, ENRONCAMENTO, E OUTROS.	M³	250	5
2	BRITA 1: PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 1 GRANULOMETRIA: 4,75MM A 25MM.	M³	286	5
3	BRITA 0: PEDRA BRITADA PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 0 GRANULOMETRIA: 2,36MM A 12,5MM.	M³	296	5
4	PÓ DE PEDRA: MATERIAL ROCHA TRITURADA; FAIXA GRANULOMÉTRICA: 0 MM À 4,8 MM. É UM MATERIAL RESULTANTE DO BRITAMENTO DE PEDRA, SEMELHANTE À AREIA.	M³	135	5
5	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	1.200	5
6	TIJOLO COMUM (TIJOLINHO): DIMENSÕES: 20X10X5 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO, POSSUEM TONALIDADE VERMELHA, NÃO POSSUI FUROS.	UNIDADES	5.000	5
7	TIJOLO BAIANO 8 FUROS: DIMENSÕES: 29X19X9 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). POSSUI RANHURAS QUE FACILITAM A ADERÊNCIA DA MASSA. SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO.	UNIDADES	5.000	5
8	CAL HIDRATADA CH-I: MATERIAL HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, FORNECIDO EM SACO 20KG. PRODUTO SEGUINDO A NBR 7175.	SACOS	100	5

9	CIMENTO CP II - 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO "KRAFT".	SACOS	3.000	5
10	ARGAMASSA AC1 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1
11	ARGAMASSA AC2 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1
12	ARGAMASSA AC3 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE ,ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO;COR; CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	25	1
13	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG: ARGAMASSA PARA ASSENTAMENRO EM PORCELANATO,AMBIENTE INTERNO E EXTERNO EM PISOS E REVESTIMENTOS;COR:CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	50	1
14	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG: COR CINZA PLATINA, A BASE DE CIMENTO PORTLAND CLASSE AR = II (NBR 14992), PARA REVESTIMENTO. ACONDICIONADO EM SACO DE 1KG.	SACOS	50	1
15	PISO CERÂMICO ACETINADO: CLASSE A OU CLASSE EXTRA, INDICADA PARA PISOS INTERNOS SUJEITOS A LAVAGENS FREQUENTES. ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA A PRODUTOS DOMÉSTICOS, A ABRASÃO SUPERFICIAL, AO RISCO, A GRETAGEM E AO CHOQUE TÉRMICO. PODENDO MEDIR ENTRE 45 X 45CM e 62 X 62CM. COR A SER ESCOLHIDA POSTERIORMENTE.	M ²	150	1
16	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M ²	2.000	1

17	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1
18	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1
19	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	500	1
20	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 32CM, LARGURA 32CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	500	1
21	MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE): PRODUTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: AGREGADOS PÉTREOS: CAP 50/70 E ADITIVO RETARTADO DE CURA; NÃO EMULSIONADO; ESTOCAGEM: POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES; APLICAÇÃO EM BURACOS COM ÁGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DE COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO; TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 E 6,0% CONFORME ESPECIFICAÇÕES DNIT 031/2004 E DNIT 031/2006; DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 E 2,50 G/M3. EMBALAGENS EM SACOS DE 25 KG.	SACOS	1000	1

Legenda:

- Atribui-se grau [5] para entregas que devam ocorrer no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas;
- Atribui-se grau [1] para entregas que devam ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

15 - Modelo de execução contratual:

15.1 - Os prazos de entrega dos materiais serão efetuados conforme legenda acima, respeitando o grau de prioridade.

15.2 - Os prazos serão contados a partir da Ordem de Compra (OC) e as entregas serão efetuadas pela contratada em remessa parcelada.

15.3 - As entregas serão efetuadas com local a definir pela contratante, não podendo ultrapassar os limites territoriais do Município de Campo Belo – MG, incluindo zona rural (Comunidade do Bom Jardim, Dias, Capão, Porto do Mendes, Ribeirão Santo Antônio e Estrada de Acesso a ETA (estação de tratamento de água)).

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º Pedido: (imediato, logo após a assinatura do contrato ou termo equivalente).	· 20 M² do item 16; · 20 M² do item 17; · 20 M² do item 18; · 20 M² do item 19; · 20 M² do item 20; · 500 sacos do item 21.	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).
Demais pedidos: restante do pedido imediato. (a depender da demanda do departamento).	· 250 M³ do item 1; · 286 M³ do item 2; · 296 M³ do item 3; · 135 M³ do item 4; · 1.200 M³ do item 5; · 5.000 unidades do item 6; · 5.000 unidades do item 7; · 100 sacos do item 8; · 3.000 sacos do item 9; · 50 sacos do item 10;	Respeitando o grau de prioridade, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).

	· 50 sacos do item 11; · 25 sacos do item 12; · 50 sacos do item 13; · 50 sacos do item 14; · 150 M² do item 15; · 1.980M² do item 16; · 980M² do item 17; · 980M² do item 18; · 480M² do item 19; · 480M² do item 20; · 500 sacos do item 21.	
--	--	--

Isaías Barboza Fernandes
Matrícula: 152-01
Setor de Serviços Operacionais

Campo Belo - MG, 14 de fevereiro de 2025.

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede no(a) Avenida Sete de Setembro, nº 363, Centro, na cidade de Campo Belo/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.130.038/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) seu diretor, Sr. Fabrício Rodrigues Teixeira, nomeado(a) pelo Decreto nº 8.434, de 03 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 195-01, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, publicada no de/...../2025, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria n.º 650/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital do Pregão Eletrônico nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.2. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que se caracterizem como desequilíbrio econômico-financeiro das contratações oriundas ARP, aplicando-se no que couber, o disposto em regulamento específico;

6.1.3. Semestralmente, pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. for liberado pelo órgão gerenciador;

8.1.5. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
 Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
 fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram

sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

ANEXO IV – MINUTA TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXX E

O **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede no(a) Avenida Sete de Setembro, nº 363, Centro, na cidade de Campo Belo/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.130.038/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) seu diretor, Sr. Fabrício Rodrigues Teixeira, nomeado(a) pelo Decreto nº 8.434, de 03 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 195-01, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 20/2025** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislação e regulamentos aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90011/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.2. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, para atender as demandas do Departamento Municipal de Água e Esgoto do Município de Campo Belo/MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Objeto da contratação:



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

ITEM	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	GRAU DE PRIORIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PEDRA MARROADA: MATERIAL COM GRANULOMETRIA VARIÁVEL, CONTENDO ENTRE 10 À 40CM DE COMPRIMENTO E PESO MÉDIO DE 10KG POR EXEMPLAR, É USADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA BASE DE MURO DE ARRIMO, GABIÕES DE CONTENÇÃO, ENRONCAMENTO, E OUTROS.	M³	250	5		
2	BRITA 1: PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 1 GRANULOMETRIA: 4,75MM A 25MM.	M³	286	5		
3	BRITA 0: PEDRA BRITADA PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 0 GRANULOMETRIA: 2,36MM A 12,5MM.	M³	296	5		
4	PÓ DE PEDRA: MATERIAL ROCHA TRITURADA; FAIXA GRANULOMÉTRICA: 0 MM À 4,8 MM. É UM MATERIAL RESULTANTE DO BRITAMENTO DE PEDRA, SEMELHANTE À AREIA.	M³	135	5		
5	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	1.080	5		
6	TIJOLO COMUM (TIJOLINHO): DIMENSÕES: 20X10X5 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO, POSSUEM TONALIDADE VERMELHA, NÃO POSSUI FUIROS.	UNIDADES	5.000	5		
7	TIJOLO BAIANO 8 FUIROS: DIMENSÕES: 29X19X9 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). POSSUI RANHURAS QUE FACILITAM A ADERÊNCIA DA MASSA. SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO.	UNIDADES	5.000	5		
8	CAL HIDRATADA CH-I: MATERIAL HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, FORNECIDO EM SACO 20KG. PRODUTO SEGUINDO A NBR 7175.	SACOS	100	5		



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro -Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

9	CIMENTO CP II – 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO "KRAFT".	SACOS	2.700	5		
10	ARGAMASSA AC1 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1		
11	ARGAMASSA AC2 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1		
12	ARGAMASSA AC3 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE ,ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO;COR; CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	25	1		
13	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG: ARGAMASSA PARA ASSENTAMENRO EM PORCELANATO,AMBIENTE INTERNO E EXTERNO EM PISOS E REVESTIMENTOS;COR:CINZA;SA COS DE 20KG	SACOS	50	1		
14	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG: COR CINZA PLATINA, A BASE DE CIMENTO PORTLAND CLASSE AR = II (NBR 14992), PARA REVESTIMENTO. ACONDICIONADO EM SACO DE 1KG.	SACOS	50	1		
15	PISO CERÂMICO ACETINADO: CLASSE A OU CLASSE EXTRA, INDICADA PARA PISOS INTERNOS SUJEITOS A LAVAGENS FREQUENTES. ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA A PRODUTOS DOMÉSTICOS, A ABRASÃO SUPERFICIAL, AO RISCO, A GRETAGEM E AO CHOQUE TÉRMICO. PODENDO MEDIR ENTRE 45 X 45CM e 62 X 62CM. COR A SER ESCOLHIDA POSTERIORMENTE.	M²	150	1		
16	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU	M²	1.800	1		



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

	OUTROS DEFEITOS.					
17	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M ²	1.000	1		
18	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M ²	1.000	1		
19	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M ²	500	1		
20	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 32CM, LARGURA 32CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M ²	500	1		
21	MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE): PRODUTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: AGREGADOS PÉTREOS: CAP 50/70 E ADITIVO RETARTADO DE CURA; NÃO EMULSIONADO; ESTOCAGEM: POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES; APLICAÇÃO EM BURACOS COM ÁGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DE COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO	SACOS	1000	1		

	ANTIGO; TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 E 6,0% CONFORME ESPECIFICAÇÕES DNIT 031/2004 E DNIT 031/2006; DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 E 2,50 G/M3. EMBALAGENS EM SACOS DE 25 KG.					
COTA EXCLUSIVO ME/EPP						
22	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	120	5		
23	CIMENTO CP II – 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO "KRAFT".	SACOS	300	5		
24	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	200	1		

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
 - 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
 - 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
 - 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
 - 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3- CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

4- CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5- CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6- CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

7- CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8- CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.5. 8.2.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 8.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.13. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.1.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em

decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da fabricante, número de lote, procedência e prazo de validade.
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de cinco (5) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação;
- 9.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 9.1.8. Responsabilizar - se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10- CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. **Impedimento de licitar e contratar:**

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
- f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. Atraso na execução do objeto;
 - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

iv. Multa:

a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente;

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Portaria n. XXX/20XX (ou Decreto n. XXX/20XX).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#):

- a) *a natureza e a gravidade da infração cometida;*
- b) *as peculiaridades do caso concreto;*
- c) *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
- d) *os danos que dela provierem para o Contratante;*
- e) *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- 1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação: 2105 – MANUT. ESCRIT. E SETOR ABASTEC. D'AGUA

Vínculo: 17530000000

Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo

Referência: 1120

Ação: 2106 – MANUTENÇÃO SETOR ESGOTO SANITÁRIO

Vínculo: 17530000000

Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo

Referência: 1142

Ação: 2149 – MANUTENÇÃO SETOR ESGOTO PLUVIAL

Vínculo: 17530000000

Elemento de Despesa: 3390.30.00 – Material de consumo

Referência: 1102

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. *Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.*

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO V

MODELO PROPOSTA

Nome da empresa (razão social):
Endereço (Rua/Avenida, nº, bairro):
Cidade:
UF:
CEP:
CNPJ:
Telefone:
E-mail:

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:
CPF:

Dados bancários (com dígito verificador):

Banco nº:
Agência nº:
Conta corrente nº:

ITEM	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	GRAU DE PRIORIDADE	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------------	-------------------	-------	--------------------	---------------	----------------	-------------

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

1	PEDRA MARROADA: MATERIAL COM GRANULOMETRIA VARIÁVEL, CONTENDO ENTRE 10 À 40CM DE COMPRIMENTO E PESO MÉDIO DE 10KG POR EXEMPLAR, É USADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA BASE DE MURO DE ARRIMO, GABIÕES DE CONTENÇÃO, ENRONCAMENTO, E OUTROS.	M³	250	5			
2	BRITA 1: PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 1 GRANULOMETRIA: 4,75MM A 25MM.	M³	286	5			
3	BRITA 0: PEDRA BRITADA PROVENIENTE DE ROCHA TRITURADA, NOMECLATURA: 0 GRANULOMETRIA: 2,36MM A 12,5MM.	M³	296	5			
4	PÓ DE PEDRA: MATERIAL ROCHA TRITURADA; FAIXA GRANULOMÉTRICA: 0 MM À 4,8 MM. É UM MATERIAL RESULTANTE DO BRITAMENTO DE PEDRA, SEMELHANTE À AREIA.	M³	135	5			
5	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	1.080	5			
6	TIJOLO COMUM (TIJOLINHO): DIMENSÕES: 20X10X5 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO, POSSUEM TONALIDADE VERMELHA, NÃO POSSUI FUROS.	UNIDADES	5.000	5			



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

7	TIJOLO BAIANO 8 FUIROS: DIMENSÕES: 29X19X9 (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA). POSSUI RANHURAS QUE FACILITAM A ADERÊNCIA DA MASSA. SÃO PRODUZIDOS ATRAVÉS DE ARGILAS EXTRAÍDAS DE BARREIRO.	UNIDADES	5.000	5			
8	CAL HIDRATADA CH-I: MATERIAL HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, FORNECIDO EM SACO 20KG. PRODUTO SEGUINDO A NBR 7175.	SACOS	100	5			
9	CIMENTO CP II – 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO “KRAFT”.	SACOS	2.700	5			
10	ARGAMASSA AC1 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1			
11	ARGAMASSA AC2 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE, ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO; COR; CINZA;SACOS DE 20KG.	SACOS	50	1			
12	ARGAMASSA AC3 - 20KG: ARGAMASSA COLANTE ,ASSENTAMENTO CERÂMICO PARA AMBIENTE INTERNO E EXTERNO;COR; CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	25	1			
13	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20KG: ARGAMASSA PARA ASSENTAMENRO EM PORCELANATO,AMBIENTE INTERNO E EXTERNO EM PISOS E REVESTIMENTOS;COR:CINZA;SACOS DE 20KG	SACOS	50	1			

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

14	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG: COR CINZA PLATINA, A BASE DE CIMENTO PORTLAND CLASSE AR = II (NBR 14992), PARA REVESTIMENTO. ACONDICIONADO EM SACO DE 1KG.	SACOS	50	1			
15	PISO CERÂMICO ACETINADO: CLASSE A OU CLASSE EXTRA, INDICADA PARA PISOS INTERNOS SUJEITOS A LAVAGENS FREQUENTES. ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA A PRODUTOS DOMÉSTICOS, A ABRASÃO SUPERFICIAL, AO RISCO, A GRETAGEM E AO CHOQUE TÉRMICO. PODENDO MEDIR ENTRE 45 X 45CM e 62 X 62CM. COR A SER ESCOLHIDA POSTERIORMENTE.	M²	150	1			
16	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.800	1			
17	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1			
18	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	1.000	1			



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

19	LADRILHO HIDRÁULICO COPACABANA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 30CM, LARGURA 30CM, ESPESSURA 1,5CM. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEIÇÕES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	500	1			
20	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 32CM, LARGURA 32CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEIÇÕES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	500	1			
21	MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE): PRODUTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: AGREGADOS PÉTREOS: CAP 50/70 E ADITIVO RETARDADO DE CURA; NÃO EMULSIONADO; ESTOCAGEM: POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES; APLICAÇÃO EM BURACOS COM ÁGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DE COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO; TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 E 6,0% CONFORME ESPECIFICAÇÕES DNIT 031/2004 E DNIT 031/2006; DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 E 2,50 G/M3. EMBALAGENS EM SACOS DE 25 KG.	SACOS	1000	1			
COTA EXCLUSIVO ME/EPP							
22	AREIA GROSSA: MATERIAL DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO NATURAL, LAVADA. GRANULOMETRIA GROSSA.	M³	120	5			



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

23	CIMENTO CP II – 32: SACO DE 50KG, CIMENTO PORTLAND (CP II - E); COMPOSTO DE ESCÓRIA GRANULADA DE ALTO FORNO, COM RESISTENCIA DE 32 MPA, EMBALAGEM EM SACO DE 50KG TIPO “KRAFT”.	SACOS	300	5			
24	LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL CINZA: ACABAMENTO LISO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA A BASE DE CIMENTO. COMPRIMENTO 20CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 1,5CM. MODELOS DIVERSOS. NÃO DEVE APRESENTAR TRINCAS, FRATURAS, IMPERFEICOES OU OUTROS DEFEITOS.	M²	200	1			

Validade da proposta: 60 dias

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

_____, ____ de _____ de 20____.

(nome e assinatura do responsável)